

AS MENININHAS DE RACHEL DE QUEIROZ: REPRESENTAÇÕES DO COMPORTAMENTO FEMININO EM MEIO A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1975)

Lia Mirelly Távora Moita

Introdução

Após a sua morte em 2003, a escritora Rachel de Queiroz, uma das mais importantes intelectuais brasileiras do século XX, foi constantemente lembrada em pesquisas acadêmicas que destacavam seus romances regionalistas, engajados com questões políticas e sociais, e por suas personagens femininas as quais denotavam uma preocupação da escritora com avanços e retrocessos no processo de autorrealização da mulher. As protagonistas de Rachel subvertiam a ordem diante de situações polêmicas para a época, como: casamento, divórcio, maternidade e sexualidade. A própria autora se orgulhava de suas criações: “Minhas mulheres são danadas, não são? Talvez seja ressentimento do que não sou e gostaria de ser”. (DE FRANCISCHI, 1997, p. 26).

Ao contrário do que afirma acima, a referida escritora foi uma mulher à frente de sua época, a única escritora aceita como representante do movimento modernista e “uma mulher que escolheu e determinou seu destino afetivo, existencial, literário, profissional e político. Foi uma mulher que viveu de e para o ofício de escrever” (HOLLANDA, 2004, p. 297). No entanto, a Rachel de Queiroz apresentada pela professora Heloísa Buarque de Hollanda, no fim dos anos 1990, é uma figura controversa, dona de declarações polêmicas, antifeminista publicamente confessa e com produções literárias subestimadas pelos estudos acadêmicos na década de 1960, por causa de suas supostas ligações com a Ditadura Militar. São essas particularidades da autora, divergentes da imagem cristalizada pelo Regionalismo de 1930, que serão problematizadas nesse artigo, especialmente suas representações acerca da mulher. Para essa análise, serão utilizadas as crônicas publicadas na revista *O Cruzeiro* de 1964 a 1975, além de outras crônicas, editadas em um livro pela editora José Olympio em 1976, afinal, foi o gênero literário “onde melhor registrou suas lembranças, opiniões, afetos e indignações” (HOLLANDA, 2005, p.21).

Análise das representações sobre o comportamento feminino durante a ditadura militar

Ao analisarmos todo trajeto da vida de Rachel de Queiroz, filha de latifundiários, militante do Partido Comunista, antigetulista, participante das confabulações que antecederam o golpe de 1964 e a posse de Castelo Branco, percebemos o quanto a escritora é marcada por incongruências políticas e ideológicas, as quais podem ter promovido, durante um tempo, a omissão ou rejeição da crítica brasileira em sua obra. O próprio governo militar gerou ações contraditórias no Brasil, produzindo ao mesmo tempo impulsos conservadores e modernizadores. Na verdade, essas ações não eram excludentes e sim complementares, uma vez que o desejo modernizador implicava em um desenvolvimento econômico e tecnológico, gerando a expansão industrial, urbanização e mecanização do campo, transformações na máquina do Estado e o incentivo às atividades empresariais. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, além de promover a integração da sociedade brasileira. Sobre esse assunto, Motta afirma que:

O resultado das políticas modernizadoras colocava em xeque as utopias conservadoras, pois solapava as bases da sociedade tradicional ao promover a mobilidade social e urbana em ritmo acelerado: o sucesso econômico da ditadura abalava a ordem social defendida por alguns apoiadores [...] Por isso, em certos momentos, as demandas conservadoras foram contornadas, enquanto o autoritarismo sempre esteve presente nas práticas do regime militar. (MOTTA, 2014, p. 51)

Paralelamente às transformações nos equipamentos urbanos e a integração econômica das diversas regiões brasileiras, se consolidou pela primeira vez, um mercado de bens simbólicos em nível nacional, garantindo o desenvolvimento da indústria cultural em vários setores: televisão, editoras, empresas jornalísticas e de marketing. Os ditadores cumpriam dois papéis importantes, necessários à legitimação do seu poder: o primeiro de disciplinador, na medida que censurava livros, jornais, revistas, músicas, programas de televisão e teatro. O segundo de estimulador das produções culturais, para utilizar os meios de comunicação de massa a fim de reproduzir discursos os quais legitimavam o governo e reforçavam

a integração nacional, além de uma concepção de mundo tradicional e conservadora, com aversão a tudo que o contradizia. Para isso, foram criadas instituições, como: Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional de cinema, EBRAFILME, FUNARTE e Pró-memória. As transformações promovidas pela Ditadura Militar no Brasil, foram, portanto, contraditórias, sendo denominadas modernização conservadora¹.

O crescimento econômico incentivado pelo advento do regime militar atingiu a consolidação da indústria cultural editorial, fazendo perceber interesses em comum entre o Estado autoritário e o setor empresarial. De um lado, o governo facilitou a importação de novos maquinários e incentivou um aumento na produção de papel. Do outro, as empresas facilitaram a circulação dos ideais de integração nacional, despolitizando os conteúdos de suas matérias e reproduzindo discursos moralistas na sociedade.

A revista *O Cruzeiro*, fundada em maio de 1928, atingiu seu maior sucesso nos anos de 1950 e 1960, quando “era uma revista eclética, destinada a ser lida por um público diversificado, de todas classes sociais, incluindo homens e mulheres” (NETTO, 1998, p. 123). A publicação periódica tratava de assuntos gerais da crônica social, de temas políticos e culturais. Apostou na publicidade como fonte de lucros para a editora, além da venda dos exemplares, investiu em cuidados técnicos e visuais, além de, em seguida, a elaboração um esquema de distribuição por quase todo território nacional. Todos os exemplares da gazeta eram abertos por um texto de grandes nomes literários, como: Jorge Amado, Érico Veríssimo, Manuel Bandeira e Graciliano Ramos. Após essa seção, vinha a coluna “Sete Dias”, na qual Franklin de Oliveira fazia um resumo dos principais assuntos semanais. Nesse bloco, ainda vinha à reportagem principal, geralmente escrita por David Nasser, e vários espaços dedicados ao humor.

O *Cruzeiro* trazia ainda algumas reportagens de atualidades, estreias de filmes ou peças de teatro, além de publicar contos, novelas e as reportagens encomendadas por Assis Chateaubriand. O segundo bloco era dominado por assuntos mais femininos, havia seções de “Beleza e elegância”, “Da mulher para a mulher”, usada como consultório sentimental,

¹ De acordo com Ortiz, esse é um termo frequentemente utilizado pela literatura que se ocupa de processos de modernização durante períodos ditatoriais. Ele deriva de um estudo de Barrington Moore Jr. Sobre as origens sociais da ditadura e democracia (ORTIZ, 2014)

“Lar doce lar”, a fim de resolver problemas domésticos e expor receitas culinárias e “Spot- light”, que trazia críticas teatrais. A mulher moderna era apresentada nas colunas, propagandas e ilustrações como pessoa ciente dos progressos econômicos e dos novos produtos disponíveis no mercado, mas reforçando a representação de mãe, esposa e dona de casa.

Nesse último bloco, fechando o periódico, estava a crônica fixa de Rachel de Queiroz. A escritora recebeu a proposta de ocupar a primeira página, onde saíam habitualmente algumas colaborações de amigos do dono da revista. No entanto, ela sugeriu que ficasse com a última página, argumentando que “o que faz a página é a matéria nela impressa. Se a minha colaboração interessasse, o leitor encontraria a última página com a mesma facilidade com que encontrava a primeira” (QUEIROZ; QUEIROZ, 2004, p. 203). Desse modo, a seção foi intitulada “*Última Página*” e Rachel escreveu textos com as mais diferentes temáticas, sobre fatos da atualidade, sobre a situação política, social e econômica do país.

Podemos considerar a revista como documento privilegiado e revelador de processos históricos e movimento de ideais de uma época, além dos seus textos e imagens serem capazes de revelar o perfil dos seus proprietários e consumidores. “Sua importância como fonte para a compreensão da paisagem urbana, das representações e idealizações sociais é atestada por pesquisas historiográficas” (LUCA, 2005, p. 123). O periódico *O Cruzeiro* reunia em suas redações inúmeros jornalistas consagrados e intelectuais, durante a ditadura militar. Por isso, devemos perceber as redações das revistas como espaço de análise das ideias da época, pois de uma forma geral são lugares de fermentação intelectual e de relações afetivas, incluindo um espaço de sociabilidade. Reunindo pensamentos diversos, elas conferem uma estrutura ao “campo intelectual por meio de forças de adesão - pelas amizades que as submetem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem- e de exclusão -pelas posições tomadas e debates suscitados” (REMOND, 2003, p. 249).

Em 1976, algumas crônicas divulgadas na revista *O Cruzeiro*, no final da década de 1960 e primeira metade da de 1970, somadas a outras, publicadas em outros veículos de informação, foram organizadas pela José Olympio Editora, em um livro intitulado por *As Menininhas e Outras*

Crônicas. A expansão de grandes empresas de comunicação, as quais prolongaram seus domínios pelo território nacional, criando uma vasta rede de difusão através da articulação entre os principais veículos de massas da época, fez com que a crônica caísse no gosto popular ainda nas décadas de 1920 e 1930. A Editora, a qual publicava os principais autores brasileiros em atividade, percebendo as possibilidades de mercado e não vendo incongruência entre o formato da crônica e a materialidade do livro, passou a publicar várias coletâneas de textos de renomados cronistas.

A relação afetiva e profissional de Rachel de Queiroz com a editora José Olympio durou 57 anos, nos quais a escritora promoveu a tradução de inúmeras obras literárias, publicou seus romances e teve suas principais crônicas compiladas em inúmeros livros, que uma vez encadernados e registrados, asseguravam a permanência de um gênero literário criado para a efemeridade dos jornais ou revistas. Segundo Antônio Cândido, quando a crônica passa do periódico para o livro, ela adquire uma durabilidade maior do que a imaginada e faz com que “ela não se dissolva de todo ou depressa demais no contexto, mas ganhe relevo, permitindo que o leitor a sinta na força dos seus valores próprios” (CÂNDIDO, 1992, p. 15). O material escrito por Rachel e publicado, pode dialogar com a época em que os textos foram escritos e com o restante de sua obra, proporcionando um inestimável objeto de pesquisa.

Sendo assim, problematizando os textos de Rachel de Queiroz, publicados na “Última Página” da revista *O Cruzeiro* e no livro *As Menininhas e Outras Crônicas*, podemos captar como a autora pensava a si mesma e o Brasil em meio a modernização, além de compreender “as injunções advindas das lutas de poder e das intenções deliberadas, explícitas ou não” (PESAVENTO, 1997, p. 35), pois a narrativa é formadora de opinião e está vinculada as ideias dos periódicos que lhes servem de suporte. A crônica, considerada a soma entre o jornalismo e a literatura, é capaz de nos transmitir informações acerca das transformações do espírito e das mentalidades que permearam as ações da sociedade e a direção do país,

As crônicas cuja temática central são as mulheres e suas conquistas em meio ao mundo moderno são particularmente interessantes, pois mostram uma Rachel de Queiroz avessa às transformações dos costumes,

además de comprovar as contradições características da escritora, sujeito de um país que transitou entre o rural e urbano, tradicional e o moderno. As suas caracterizações femininas parecem muitas vezes anacrônicas, no entanto, devemos compreender que “o cronista estabelece versões para os fatos de seu tempo o dos tempos passados e, ao fazê-lo, recria o real, oferecendo ao leitor uma representação” (PESAVENTO, 1997, p. 34). Sendo assim, por meio dos textos da escritora e da análise de suas representações femininas, podemos compreender uma construção da realidade a partir dos significados estabelecidos em um determinado contexto histórico.

Em “Lavôro,” publicada em abril de 1964, Rachel relata que, assim como os homens nasceram para a caça, velocidade, aventura e brigas, a mulher possuía vocação para os trabalhos manuais, como bordado, tricô e culinária. Estas operações delicadas, segundo a escritora, são um alento para as mulheres em meio às atividades domésticas obrigatórias, como: arrumação e a limpeza. O texto lamenta o fato de a tradição do “lavoro” não ser mais ensinada nos colégios, pois surgiram outras disciplinas ligadas à modernidade, como economia, língua estrangeira e ciências para substituí-las. Essa ausência no currículo escolar acabou ocasionando a “desfeminização” da mulher moderna. A autora, contudo, afirmou que não abria mão dessas atividades em meio ao seu cotidiano, dedicado ao jornalismo e à literatura:

Eu de mim confesso que sou dessas anacrônicas; encontro no trabalho feminino um encanto, uma compensação, uma fonte de tranquilidade que nada mais me dá. Tiro uma espécie de equilíbrio do uso alternado do jornalismo e do crochê, literatura e bordado à mão, política e cozinha. (CRUZEIRO, 1964, p. 130).

Durante a década de 1960, ocorreram várias transformações no universo feminino no Brasil, aliadas às transformações industriais e urbanas. O nível de escolarização das mulheres cresceu, assim como a participação delas em atividades urbanas, rompendo o isolamento vivenciado no mundo doméstico e contribuindo para a emancipação feminina intensificada nas décadas seguintes. Entretanto, as mentalidades não acompanharam as alterações no mundo material e “os preconceitos machistas e as obrigações domésticas impediram muitas mulheres, mesmo educadas e bem

preparadas, de ingressar no mercado de trabalho”. (PINSKY, 2012, p.506). Sendo assim, as mulheres continuaram exercendo, fora de casa, atividades tipicamente femininas aliadas à missão de mulher no lar.

As ofertas de trabalho nos centros urbanos para as mulheres, mesmo com as transformações econômicas, pareciam continuar sendo extensões das atribuições femininas no lar, como: enfermagem, taquigrafia e atividades operárias na indústria têxtil e alimentícia. Rachel reforçou essa mentalidade na crônica “Enfermeira” em julho de 1975, quando as mudanças promovidas pela revolução sexual já haviam gerado inúmeras conquistas no processo de emancipação da mulher. “Menina que me lê, você já pensou em ser enfermeira? De todas as profissões que esperam pela mulher moderna, nenhuma outra é tão intrinsecamente dependente da condição de mulher” (CRUZEIRO, 1974, p. 130). A escritora afirmava para as mulheres cansadas das atividades domésticas e desejavam a independência financeira, que a enfermagem era o trabalho perfeito, pois conciliava um serviço social e uma atitude material à condição maternal de cuidadora das mulheres.

Ainda em meio às transformações urbanas, a moda expunha cada vez mais os corpos femininos e também foi temática constante nas crônicas de Rachel. Em 1966, a escritora, em “Nude - Look”, relata com desconfiança que os jornais divulgavam uma moda revolucionária, iniciada em Paris, caracterizada pelo nu, saia curta ou roupas transparentes. “Saías que vão de doze a dezoito centímetros acima dos joelhos; vestidos transparentes, sem fôrro, apenas com círculo de pérolas e miçangas nos lugares estratégicos; duas peças que deixam nua a região do diafragma” (CRUZEIRO, 1966, p. 130). Em outra crônica, “Publicidade”, a escritora denuncia o excesso de anúncios publicitários os quais apelam para o sexo e a nudez feminina. “O critério dominante é que mulher nua e sugestões sexuais são a preocupação constante de todo mundo”. (CRUZEIRO, 1972, p.130).

Fato semelhante ao anunciado por Berman, quando se refere ao mundo moderno: “Roupas passam a ser emblema do velho e ilusório estilo de vida; a nudez vem representar a recém descoberta e efetiva verdade, e o ato de tirar as roupas se torna um ato de liberdade espiritual, de chegada à realidade” (BERMAN, 1987, p. 104). Essa moda transgressora

apresentada pela escritora Rachel de Queiroz está relacionada à revolução sexual promovida pelos jovens que se rebelavam contra os padrões de comportamento estabelecidos à procura da liberdade de expressão. Os ideais da época exigiam alterações visuais, sendo assim, a roupa representou um símbolo de libertação dos costumes para as mulheres. Seus desejos inscrevem-se na sua aparência e as mudanças podiam ser lidas na diminuição no tamanho das saias. Esse abandono de pudores na vestimenta e a “comercialização do nu” pela publicidade estão em comum acordo com o mundo moderno, uma vez que “qualquer espécie de conduta humana se torna possível no instante em que se mostre economicamente viável, tornando-se valiosa; tudo que pagar bem terá livre curso” (BERMAN, 1987, p. 108).

A modernização que se processou durante a ditadura militar, para além da influência de outras expressões culturais via cinema, literatura e viagens, é um fator contundente na evolução moral, dos costumes e na transformação de padrões de comportamento no Brasil. O uso da pílula anticoncepcional acelerou as mudanças na conduta da mulher brasileira, não só em relação ao seu corpo e à liberdade sexual, mas também na moda, a qual encurtou as saias e possibilitou o uso da calça jeans, mas também a ideia de existir um mundo para além “da vida doméstica, por meio da realização profissional, da independência financeira que o trabalho poderia assegurar e, por último, porém não menos importante, da atividade política” (ALMEIDA; WEIS, 2007, p. 401). Como Rachel de Queiroz retratou em uma crônica intitulada “As menininhas”, publicada no livro editado pela *José Olympio Editora*:

Elas têm entre dezoito e vinte cinco anos. Usam calça Lee, fumam desesperadamente, dizem palavrão. Cursam o científico ou a universidade, muitas possuem seu Fusca de presente. Em casa ninguém as controla, mesmo que o tentem; pelo menos é o que elas blasonam. E com a liberdade de ir e vir, dia e noite, com a fácil aquisição da pílula, as menininhas, além da liberação da autoridade doméstica, também se consideram libertas sexualmente. (QUEIROZ, 1976, p. 3)

No entanto, Rachel observou essas transformações no universo feminino, potencializadas na década de 1970, de forma desconfiada e cautelosa, julgando-as limitadas: “O curioso é que essas almas livres, estudantes que são, não cogitam uma liberdade econômica [...] pois são as meninhas em verdade extremamente vulneráveis e inseguras” (QUEIROZ, 1976, p. 3). Segundo a escritora, todas as “meninhas” sempre voltam ao senso comum composto por sexo, filho e casamento. Em outra crônica, ainda no ano de 1975, publicada em livro no ano posterior, e envolvendo a mesma temática, a escritora criticou as reivindicações básicas das mulheres, como a igualdade no trabalho e de oportunidades, além da liberdade sexual. O texto critica a perspectiva de chances equiparadas e condições semelhantes no mercado de trabalho, pois a autora acredita que a mulher necessita de:

Abstenção de serviços pesados, prazo menor para aposentadoria, falta justificada nos dias de lua, cada mês, licença de vários meses para gravidez, parto e aleitamento. Então, com tanta desigualdade básica, como falar em condições iguais? O que se infere, ao contrário, é que a mulher tem o direito a condições de trabalho diferentes do homem, justamente porque ela é diferente. (QUEIROZ, 1976, p. 15)

Rachel de Queiroz condenou a revolução sexual, no texto, porque a considerava relativa e precária, uma vez que estava pautava na pílula anticoncepcional, no aborto e na possibilidade da maternidade fora do casamento. Eram muitas limitações cujas não eram consideradas pela bandeira feminista, como o valor do produto farmacêutico, que dificultava a aquisição pelas classes mais baixas, incluindo fatores morais e religiosos, ainda arraigados na sociedade brasileira. A crônica foi publicada em um período no qual os grupos feministas agitavam o Brasil, defendendo o poder da mulher sobre o seu corpo e o direito de escolher o prazer ou a maternidade. Pinsky confirma esse fato, dizendo que:

O acesso à contracepção e o direito de interromper voluntariamente a gravidez eram reivindicações decorrentes do feminismo que propunha a dissolução da hierarquia entre masculino e feminino e as transformações do caráter dos relacionamentos entre homens e mulheres num sentido mais igualitário (PINSKY, 2012, p. 520).

A cronista era contra a equiparação entre homens e mulheres, exclusivamente porque não acreditava nessa igualdade de gêneros. Em entrevista, anos depois, a escritora até se disse favorável às transformações femininas no mercado de trabalho, na sexualidade e no casamento. No entanto, ela ressaltou que homens e mulheres possuíam naturezas distintas e, portanto, mereciam tratamentos diferentes (NERY, 2002). E já que não são seres distintos, não deveria haver posições absolutas na questão homem – mulher, enfatiza a escritora, desde que levassem em conta a condição feminina de reprodução da espécie. Para as mulheres que levantavam a bandeira do feminismo, a autora deixou um recado:

Podem as da libertação feminina me acharem uma reacionária e uma chata; mas teimo em não acreditar que elas vençam a sua guerra senão em termos limitados e transitórios. Ai sim, aparados os excessos e as loucuras, vamos esperar que os casais encontrem abertura, tolerância e entendimento, suficientes para deixarem de lado os problemas exclusivos da condição masculina e feminina, e se dedicarem unicamente aos problemas comuns da nossa velha e irreversível condição humana. (O CRUZEIRO, 1975, p130).

Rachel de Queiroz nos mostrou em suas crônicas semanais que ser moderno é uma vida de paradoxo e contradições (BERMAN, 1987). A escritora, mesmo morando há décadas no Rio de Janeiro, mantinha valores nordestinos e, em seus textos, guardava “a simplicidade do meio rural em contraposição ao devaneio urbano. Megalópoles são desconstruídas pela autora que se volta ao interior – o dela e o do país - a refletir sobre o fim” (FERREIRA, 2015, p. 198). E em meio a essas reflexões, Rachel, que envelheceu na segunda metade do século XX, observou ora com entusiasmo, ora com desconfiança as transformações decorrentes da industrialização e urbanização promovidas pela modernização conservadora da ditadura militar, se mostrando receosa com um progresso o qual não era assimilado por ela:

Eu tenho a impressão de que um progresso realmente assimilável pelo homem seria um progresso que funcionasse de dentro para fora – quer dizer, se o homem mesmo, o seu corpo, a sua carne participassem do progresso.

Mas nós sabemos inventar elementos exteriores que nos transportam, nos elevam no ar, nos afundam nos cegam, nos deslumbram, sem nada penetrar a nossa eficiência física, sem sequer melhorar nossa constituição corporal [...] Não sei se me faço entender, mas considero essa questão a própria chave da incompatibilidade do homem com sua obra: nenhum progresso alcança nossa estrutura, fica tudo na superestrutura, no exterior. (O Cruzeiro, 1967, p. 130)

Considerações finais

Os textos analisados, ao longo deste artigo, mostraram as representações femininas de Rachel de Queiroz, ou seja, a forma como a escritora se apropriava da realidade e construía novas percepções, sendo estas sempre relacionadas ao ambiente social, espaço e tempo em que foram produzidas. Para compreender essas características enraizadas no autor, “exige, na verdade, que se tenham em conta as especificidades do espaço próprio das práticas culturais, que não é de forma nenhuma possível de ser sobreposto ao espaço das hierarquias e divisões sociais” (CHARTIER, 1990, p. 28). Sendo assim, ao reconhecer as crônicas de Rachel como fontes significativas da análise do mundo social, se deve levar em conta as relações instituídas no campo literário e as lutas dos agentes em prol da inserção, distinção e canonização e silenciamento.

Para Bourdieu, a autonomia da arte e do artista é relativa em um espaço de jogo, campo, pautado em determinadas condições. Desta forma, ao analisar a relação entre Rachel de Queiroz e suas crônicas é necessário situar o corpus assim constituído no interior do “campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste corpus neste campo e a posição no campo intelectual do grupo de agentes que o produziu” (BOURDIEU, 2005, p.186). A escritora, durante o período em questão, transitou principalmente em três grupos de intelectuais e de sociabilidade, os quais podem ter contribuído para à análise do mundo social. Afinal, de acordo com Rene Remond, para analisar as crônicas de uma revista é necessário sair do microcosmos das diversas redações e apreender o meio do escritor em seu conjunto, considerar os vínculos que as unem, aliando-as à duração das carreiras (REMOND, 2003).

Rachel foi nomeada pelo presidente Castelo Branco, delegada do Brasil na 21ª Sessão da Assembleia Geral da ONU e passou a integrar o Conselho Federal de Cultura, entre os anos 1966 e 1967. Esse órgão criado pelos ditadores tinha o objetivo de monitorar as práticas e produções culturais no Brasil, mantendo a moral e os bons costumes defendidos pelo governo militar, e dele participaram vários intelectuais da época, como Ariano Suassuna, Gilberto Freyre e Guimarães Rosa, sendo a escritora a única mulher do grupo. Outra rede de contato intelectual da qual Rachel de Queiroz fez parte durante décadas, a *José Olympio Editora*, era também um ambiente predominantemente masculino, responsável pela edição de grandes ícones do Movimento Modernista de 1930 no Brasil e alguns de seus escritores tiveram privilégios na produção de livros, durante a ditadura militar, afinal, “José Olympio era situacionista, amigo dos homens fortes dos governos da vez, mas atuava pela liberdade de expressão de seus editados” (SORÁ, 2004, p.15). A editora, bastante visada na época, por ser ponto de confluência de escritores, artistas e intelectuais brasileiros, proporcionava encontros afetivos e profissionais na sua sede, fato constantemente lembrado no livro de memórias da escritora:

A Casa, como chamávamos, chegou a ser a mais cobiçada editora do país: ela que lançou primeiro a mim e depois a onda toda dos nordestinos. Mas foi a loja, a Livraria José Olympio propriamente dita, situada à rua do Ouvidor 110 (no tempo, o coração do Rio), que se tornou o point preferido dos intelectuais mais famosos, dos já estabelecidos e dos emergentes. Quem queria ser visto e quem queria nos ver ia às tardes à José Olympio. (QUEIROZ; QUEIROZ, 2004, p. 186)

A revista *O Cruzeiro* também reunia em suas redações inúmeros jornalistas consagrados e intelectuais da época, como Vinícios de Moraes, Marques Rabelo, José Conde, Érico Veríssimo, José Lins do Rego e Dinah Silveira. O periódico reunia diferentes ideias em seus textos, mas em todos havia uma conformidade com a censura e controle da ditadura militar, que defendia a moral e os bons costumes na produção cultural. As representações da mulher na revista apresentavam as transformações oriundas do período, com algumas matérias demonstrando a ingenuidade feminina e

seus papéis de dona de casa, mãe e esposa. Em outras, a mulher é apresentada de forma mais ousada e independente de acordo com as mudanças em curso. Portanto, mesmo com a censura em curso:

Em relação ao conteúdo, a predominância de rubricas tidas como naturalmente constitutivas do universo feminino (lar, beleza, questões do coração) somaram-se, a partir dos anos 1970, a questões ligadas à atividade profissional e, sobretudo, ao sexo, e tornam-se dominantes. Essas características não se constituem em particularidades brasileiras, mas são observadas em âmbito internacional (LUCA, 2012, p. 449).

Dessa forma, pudemos analisar as representações do comportamento feminino na ótica de Rachel de Queiroz, em meio à modernização conservadora implementada pela ditadura militar, a partir de suas crônicas publicadas na seção “A Última Página” da revista O Cruzeiro. À medida que os textos foram analisados, pudemos perceber a escritora dividida entre o tradicional e moderno em relação às conquistas femininas, além de apreender características dos núcleos sociais, predominantemente masculinos, por onde transitava, compreendendo uma organização conceitual do mundo social com início em uma realidade apreendida ou comunicada. Assim sendo, doravante uma confluência de fatores, pudemos abrir mão de uma imagem sombreada de Rachel, pelo conservadorismo, proximidade com a ditadura militar e antifeminismo confesso, para compreendê-la como sujeito múltiplo, que reinventou seu ângulo de compreensão da mulher inserida na modernização em vigor no país.

Referências

ALMEIDA, M. H. T e WEIS, LUIS. “Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. SP: Companhia das letras, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 2005.

CANDIDO, Antônio. “A vida ao rés-do-chão”. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DIAS, Ângela Maria. “Memória da cidade disponível: foi um Rio que passou em nossas vidas – A crônica dos anos 60”. In: RESENDE, Beatriz. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995.

FERREIRA, R.S.S. *A Última Página: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*. 2015. 284f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2015.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O éthos Rachel. In: INSTITUTO Moreira Salles (org.) *Cadernos de Literatura Brasileira* nº 4, São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1997.

_____. *Rachel de Queiroz*. Rio de Janeiro: AGIR, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. “Mulher em Revista”. In: PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto. “A modernização autoritário – conservadora nas universidades e a influência da cultura política”. In: MOTTA, R. P. S.; REIS, D. A.; RIDENTI, M.; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

NERY, Hermes Rodrigues. *Presença de Rachel: conversas informais com a escritora Rachel de Queiroz*. São Paulo: FUNPEC, 2002.

NETTO, Accioly. *O Império do papel: os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1998.

ORTIZ, Renato José P. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2006.

_____. “Revisitando os tempos dos militares”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

PESAVENTO, Sandra J. “Crônica: Leitura sensível do tempo”. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, n.7. 1997, p. 29-37.

_____. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. “A era dos modelos rígidos”. In: PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. “A era dos modelos flexíveis”. In: PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

QUEIROZ, Rachel de; Queiroz, Maria Luiza de. *Tantos Anos: uma biografia*. Rio de Janeiro: Arx. 4ª Ed. 2004.

REMOND, René. *Por uma História Presente*. In: REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SORÁ, Gustavo. *Brasileanas: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo: EDUSP; Com – Arte, 2010.